

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: ASPECTOS HISTÓRICOS, DILEMAS ATUAIS.

Maria do Socorro Lima
Mestre em Ciências da Educação - ULHT

Leandro Quaresma de Sousa
Licenciatura em Matemática/Pedagogia – FAFOPST/UNIP

RESUMO

Este artigo visa analisar a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil: seus aspectos históricos, dados estatísticos, a formação atual do educador de EJA, o aluno típico, e principalmente, os desafios de manter o nível adequado de aproveitamento. Estatísticas oficiais, artigos de revistas especializadas em educação, filmes de fácil acesso, publicações do Ministério da Educação do Brasil e obras selecionadas compõem o acervo no qual se baseia este estudo. Desde quase sempre a EJA esteve associada à educação profissional. Proponho, portanto, a discussão organizada sobre qual deveria ser (e qual efetivamente é) o papel da EJA. Tratamos aqui de ensino fundamental, médio e da formação de cidadãos, não de educação profissionalizante atual.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos, Paulo Freire, contextualização.

ABSTRACT

This article aims to analyze the Education of Youth and Adults (Y&AE) in Brazil: your historical aspects, the current lineup educator Y&AE, the typical student, and especially, the challenges of maintaining the appropriate level of utilization. Statistical data, journal articles on education, films easily accessible, publications of the Ministry of Education of Brazil and selected works make up the collection on which this study is based. Since almost always Y&AE was associated with vocational education. I propose, therefore, organized the discussion about what should be (and what actually is) the role of adult education. We treat here of primary, secondary and training of current citizens, not current vocational education.

Keywords: Youth and Adult Education, Paulo Freire, context.

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), embora praticada há mais tempo que a educação básica tradicional, ainda carece de real compreensão de suas dimensões e abrangência. Não parece tão simples dizer quando começa de fato, pois ninguém, de uma hora para outra denomina-se “jovem ou adulto” e, portanto, alvo de educação especial.

Mundialmente, há programas de educação especial para jovens e adultos. No Brasil eles existem desde o começo da colonização, com os Jesuítas, passando pelos períodos da escravidão, da República, do pós-Segunda Guerra Mundial e pelos dias atuais.

No entanto, a discussão sobre como aproximar a realidade desses alunos com a escola, como manter baixa a taxa de evasão escolar, como atraí-los às salas de aula, continua em plena ebulição. É normal referir-se à EJA como educação básica voltada para jovens e adultos, quer no nível fundamental, quer no nível médio. Mas educar abrange mais que isso. Inclui ajudar a formar um cidadão; aquele que por compreender o seu redor e a si mesmo, critica, pensa, sugere, participa, exige, vota, escolhe. Educar é *desapassivar* uma pessoa. É também com essa acepção que me refiro à EJA neste trabalho.

UM POUCO DE HISTÓRIA

Embora a expressão Educação de Jovens e Adultos (EJA) soe como nova, a ideia por trás dela não é tão nova assim. Segundo RIBEIRO (1992), era assim a educação nos tempos do Padre Manoel da Nóbrega (1517-1570):

- O plano legal (catequisar e instruir os índios) e o plano real se distanciam. Os instruídos serão descendentes dos colonizadores. Os indígenas serão apenas catequisados;
- A educação profissional (trabalho manual), sempre muito elementar diante das técnicas rudimentares de trabalho, era conseguida através do convívio, no ambiente de trabalho, quer de índios, negros ou mestiços que formavam a maioria de população colonial.
- A educação feminina restringia-se a boas maneiras e prendas domésticas.

Ou seja, a educação no período colonial resumia-se à educação profissional, forçada, a escravos e índios. E algo um pouco mais elaborado, como ler e escrever, para os colonizadores.

Na verdade, retornando mais ainda, por volta do século VII (AC), os jovens Daniel, Hananias, Misael e Azarias, Segundo a Bíblia, em Daniel cap. 1, vers. 4, foram escolhidos para ‘que se lhes ensinasse a escrita e a língua dos caldeus.’ Isso não chega a ser exclusividade dos povos da Mesopotâmia antiga. Até mesmo o Filme Bem-Hur (1959) mostra as aventuras do jovem Judah Bem-Hur ao ser levado de Jerusalém para Roma, como

cativo, no primeiro século DC. Lá chegando é treinado como trabalhador das galés e depois como condutor de bigas nos circos romanos. O Filme Gladiador (2000) também conta o treinamento de Maximus Decimus Meridius, general romano traído, que tem de aprender as regras dos combates de gladiadores e se tornar ele próprio O Gladiador, por volta do fim do segundo século DC. De fato, é fácil achar este tipo de educação para homens jovens e sadios capturados em praticamente qualquer civilização antiga. Afinal, um dos objetivos da captura era fazer escravos, e os escravos precisavam de treinamento, educação, para seus novos ofícios.

Narloch (2011) conta que o rei africano Kosoko, de Lagos, atual Nigéria, enviou três de seus filhos para um intercâmbio estudantil na Bahia do século XIX, havendo os mesmos retornados para a casa em agosto de 1850, batizados com nomes cristãos: Simplício, Lourenço e Camílio.

No período do império surgiram algumas reformas que priorizavam o ensino noturno para os adultos analfabetos. A constituição de 1934 mencionava a importância de ofertar educação para os adultos, mas é só na década seguinte que isso é tratado de forma concreta.

É com o desenvolvimento industrial, no período da Segunda Guerra Mundial, que, lentamente, vai surgindo uma maior valorização dessa etapa de ensino tendo diferentes focos: valorizar a língua falada e escrita (com o objetivo de dominar as técnicas de produção), adquirir a leitura e escrita (para ascender socialmente), valorizar a alfabetização de adultos (como um meio de progresso do país e ampliação de pessoas aptas para votar). Por volta dos anos 40, então, é que a educação de adultos se instaura como política educacional e se detecta um alto índice de analfabetismo. Para combater essa situação o governo cria um fundo destinado à alfabetização dos adultos e em 1942 surge o Fundo Nacional de Ensino Primário, além disso, surgem outras iniciativas locais e estaduais.

O governo, no ano de 1947, criou a Campanha Nacional de Educação de Adultos que propunha alfabetizar os adultos em três meses e com isso inicia-se a discussão sobre analfabetismo e educação de adultos no país. Tal iniciativa surgiu por dois motivos: pelo fato de se estar vivendo no período pós-guerra (no qual a ONU recomendou os países para darem atenção à educação de adultos) e pelo fim do Estado Novo (período em que o país vivia uma redemocratização e estava carente de mais eleitores). Contudo, essa campanha não obteve os resultados esperados a não ser pelo estado de Pernambuco que tinha Paulo Freire na sua delegação. Ele propunha que educador e educandos se comunicassem, que se adequassem a metodologia para atender as classes populares e com isso logo se tornou referência na alfabetização de adultos. Em 1947 e 1948 realizaram-se, no Rio de Janeiro, então capital

federal, os primeiro e segundo Congresso Nacional de Educação de Adultos. Primeiras tentativas de criar um consenso sobre a educação específica para jovens e adultos.

Com a mobilização da sociedade começaram a surgir mais iniciativas públicas para promover a educação para esse público. Assim nos anos 50 existia a “educação libertadora/conscientizadora”, a qual foi proposta por Paulo Freire, e a “educação funcional/profissionalizante”. As ideias dele foram incorporadas pelo país a fora, sua metodologia ganhou notoriedade em âmbito nacional e Freire também foi reconhecido pelo seu trabalho com educação popular e de adultos.

Já na década de 70 surge o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) com uma proposta bem ao oposto das ideias de Paulo Freire e que contou com bastante investimento por parte do governo federal. Esse movimento tinha como objetivo alfabetizar funcionalmente os adultos, ou seja, os educandos adquiriam técnicas elementares de leitura, escrita e cálculo. Surgiu, após um tempo, uma proposta integradora de ensino a qual tinha como objetivo a conclusão do antigo primário. Depois, com a lei 5692/71, instaura-se o Ensino Supletivo e a educação para jovens e adultos ganha, pela primeira vez, um capítulo específico na legislação brasileira.

No ano de 1985 o MOBRAL chega ao fim e surge a Fundação EDUCAR, que ao invés de executar projetos preferiu apoiar as experiências existentes.

A Educação de Jovens e Adultos é regulamentada no Brasil pelo artigo 208 da Constituição federal de 1988, em sua Alínea I, garantindo “ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram, acesso na idade própria”.

O ano de 1990 foi o ano internacional da alfabetização, realizou-se uma conferência mundial e nela foi aprovada a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, a qual destacava a educação de jovens e adultos. Nesse mesmo ano a Fundação EDUCAR foi extinta e após isso o MEC criou o PNAC (Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania) que visava mobilizar a sociedade para a questão da alfabetização de crianças, jovens e adultos através de órgãos do governo e ONGs. Nos anos 90 a EJA tinha como desafio criar uma política e metodologias criativas; já internacionalmente, essa etapa de ensino tornou-se importante para fortalecer a cidadania e a formação cultural.

Em 1996, a Emenda Constitucional nº 14 não tornava mais obrigatório o ensino fundamental a adultos, excluindo assim os cursos supletivos, mais preocupados com concessões de diplomas do que com o aprendizado. Desde 2009 o Exame nacional do Ensino

Médio (ENEM) serve para certificar a conclusão do ensino médio para quem atingir uma pontuação mínima.

Há metas prevista para a EJA no PNE (Plano Nacional de Educação, do Ministério da Educação do Brasil) 2010 - 2020.

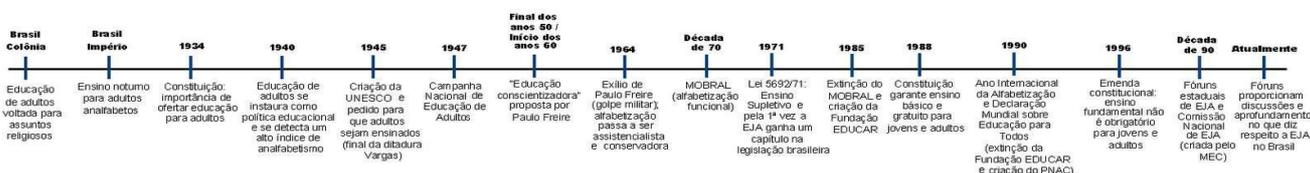


Figura 1 - Linha do tempo da EJA no Brasil.
FONTE: Blog EJA Brasil.

DADOS ESTATÍSTICOS (O TAMANHO DO PROBLEMA)

Os presentes dados, adquiridos junto ao IBGE e Portal Educação (www.portal.mec.gov.br) trazem números referentes à EJA exclusiva, ou seja, aquela em que não se inclui a educação profissional, mas apenas a educação fundamental e média.

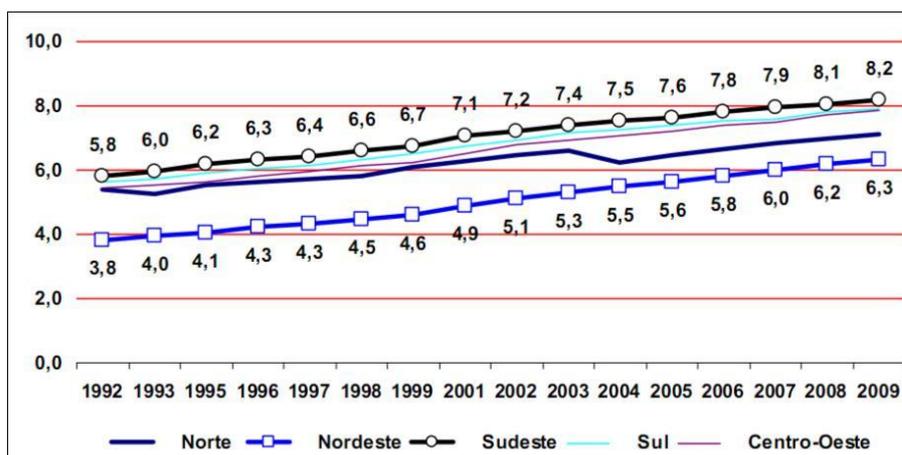


Gráfico 1 - Evolução Da Média De Anos De Estudo Da População De 15 Anos Ou Mais De Idade Por Região, 1992 –2009.

FONTE: PNAD Microdados 1992 a 2009 (Elaboração Ipea).

Nota-se claramente, que, pelo Gráfico 1, há uma ascensão no número de alunos do EJA em todas as regiões, mas há grandes desigualdades entre elas. Essa informação nos leva a pensar que as desigualdades sociais, aqui representadas pelas desigualdades regionais, são também um fator importante no acesso à EJA.

TABELA 1 - MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – BRASIL – ANO 2001 E 2010.

Ano	Total Geral	Ensino Fundamental			Ensino Médio
		Total	1ª a 4ª Série	5ª a 8ª Série	
2001	3.624.264	2.636.888	1.151.429	1.485.459	987.376
2010	4.234.956	2.846.104	923.197	1.922.907	1.388.852

Obs.: Matrículas 2001: inclui matrículas de cursos presenciais com avaliação de processo.

Matrículas 2010: inclui matrículas presenciais (4.061.308) e semipresenciais (576.863).

Não inclui matrículas EJA integrada à ed. profissional.

FONTE: MEC/INEP. Censo Escolar 2001. Resumo Técnico Censo Escolar 2010.

Pode-se notar pela Tabela 1 que há decréscimo no total de alunos inscritos em turmas de EJA de 1ª a 4ª série, havendo acréscimo nas turmas de 5ª a 8ª séries, e mantendo-se assim no nível médio. Entretanto, o mesmo censo que originou esta tabela adverte que todos as séries entraram em declínio a partir de 2008.

O Censo Escolar 2010, publicado pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) traz dados alarmantes: “A educação de jovens e adultos (EJA) apresentou queda de 5,0% (374.098), totalizando 4.234.956 matrículas em 2010. Desse total, 2.846.104 (67%) estão no ensino fundamental e 1.388.852 (33%) no ensino médio.”

Segundo dados da Pnad/IBGE 2009, o Brasil tem uma população de 57,7 milhões de pessoas com mais de 18 anos que não frequentam escola e que não têm o ensino fundamental completo. Esse contingente poderia ser considerado uma parcela da população a ser atendida pela EJA.

Os números são contundentes, ou seja, o atendimento de EJA é muito aquém do que poderia ser. Essa questão precisa ser mais bem analisada e os dados do Censo podem contribuir para um diagnóstico e proposição de políticas de ampliação da oferta dessa modalidade de ensino. É certo, porém, que tem diminuído o número de escolas que oferecem EJA, como se observa na Tabela 2. Isso significa um problema, sobretudo para o trabalhador que precisa de motivação para voltar à escola. Menos escolas, mais dificuldades, sobretudo nos grandes centros urbanos em que o deslocamento pode se tornar um impeditivo para acesso aos locais de oferta.

TABELA 2 - NÚMERO DE ESCOLAS E MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL - 2007/2010

Ano	Escola e Matrículas na Educação de Jovens e Adultos			
	Total de Escolas	Total de Matrículas	Total de Matrículas no Turno Noturno	% Matrículas no Turno Noturno
2007	42.753	4.975.591	4.309.100	86,6
2010	39.641	4.234.956	3.673.396	86,7
Δ%	-7,3	-14,9	-14,8	

FONTE: MEC/Inep/DEED.

Notas: 1) O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

2) Não inclui matrículas em turmas de atendimento complementar.

3) Em 2001, não inclui alfabetização de jovens e adultos.

4) Não inclui matrículas na EJA integrada à educação profissional de nível fundamental e médio.

A informação acima é mais bem detalhada em no Gráfico 2, fornecido pelo mesmo censo:

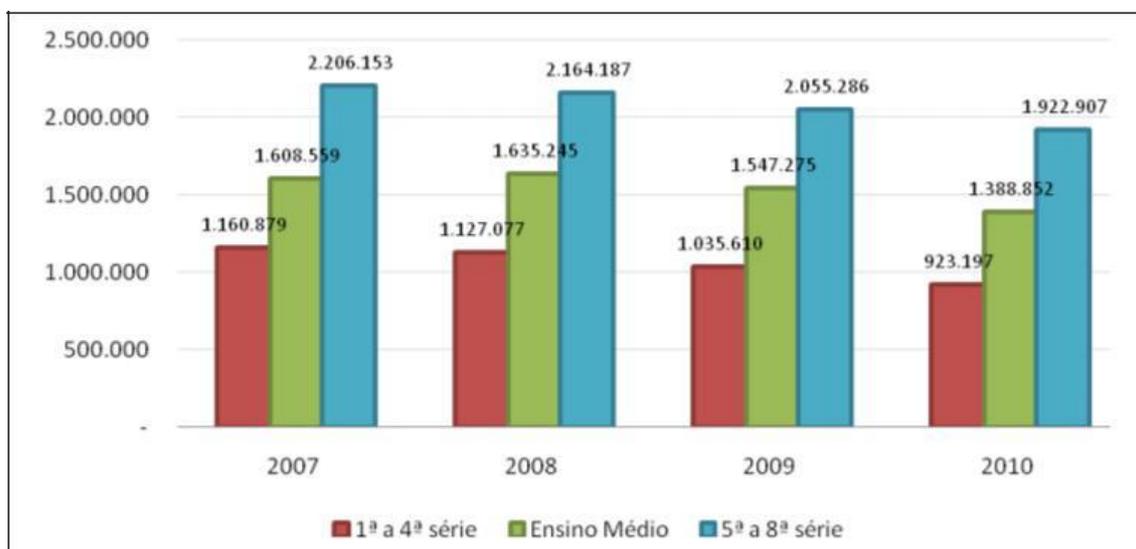


GRÁFICO 2 - NÚMERO DE MATRÍCULA DE EJA POR ETAPA DE ENSINO BRASIL - 2007 - 2010.

FONTE: MEC/Inep/DEED.

Pelo último Censo do IBGE (2010), Somente a Região Nordeste apresenta percentual de 19,1% de analfabetos entre os adultos. Na região Sul, por exemplo, esse índice é de 5,1%. O Professor titular aposentado de educação da UFRGS e consultor da Capes e do CNPq, Alceu Ferraro, diz que “o analfabetismo começa a aparecer como uma questão nordestina no Censo de 1920. Isso foi fruto da perda da importância política e econômica do

Nordeste. A volta de seu crescimento econômico pode melhorar seu nível de alfabetização, mas o efeito não será tão imediato.”

Assim sendo, a obtenção de melhores resultados na EJA passa pelo desenvolvimento econômico das regiões dos alunos típicos.

Acima temos uma dimensão dos alunos *matriculados em EJA*. O problema é maior quando se considera os jovens e adultos com ensino básico incompleto ou que não tiveram o ensino fundamental, ou seja o universo inteiro de brasileiros fora da EJA, mas que lá deveriam estar. De acordo com o INAF (Índice Nacional de Alfabetismo Funcional, da Fundação IBOPE) 2011, são 27% de analfabetos funcionais, num universo de 190 milhões de habitantes (Censo IBGE 2010).

TABELA 3 - EVOLUÇÃO DO INDICADOR DE ALFABETISMO DA POPULAÇÃO DE 15 A 64 ANOS (2001-2002 A 2011)

Níveis	2001-2002	2002-2003	2003-2004	2004-2005	2007	2009	2011	
BASES	2000	2000	2001	2002	2002	2002	2002	
Analfabeto	12%	13%	12%	11%	9%	7%	6%	
Rudimentar	27%	26%	26%	26%	25%	20%	21%	
Básico	34%	36%	37%	38%	38%	46%	47%	
Pleno	26%	25%	25%	26%	28%	27%	26%	
Analfabeto e Rudimentar	Analfabetos funcionais	39%	39%	38%	37%	34%	27%	27%
Básico e Pleno	Alfabetizados funcionalmente	61%	61%	62%	63%	66%	73%	73%

FONTE: Inaf Brasil 2001 a 2011

Obs.: Os resultados até 2005 são apresentados por meio de médias móveis de dois em dois anos de modo a possibilitar a comparabilidade com as edições realizadas nos anos seguintes.

O INAF define quatro níveis de alfabetismo:

- **Analfabetismo:** corresponde à condição dos que não conseguem realizar tarefas simples que envolvem a leitura de palavras e frases ainda que uma parcela destes consiga ler números familiares (números de telefone, preços, etc.).
- **Nível rudimentar:** corresponde à capacidade de localizar uma informação explícita em textos curtos e familiares (como, por exemplo, um anúncio ou pequena carta), ler e escrever números usuais e realizar operações simples, como manusear dinheiro para o pagamento de pequenas quantias ou fazer medidas de comprimento usando a fita métrica.

- Nível básico: as pessoas classificadas neste nível podem ser consideradas funcionalmente alfabetizadas, pois já leem e compreendem textos de média extensão, localizam informações mesmo que seja necessário realizar pequenas inferências, leem números na casa dos milhões, resolvem problemas envolvendo uma sequência simples de operações e têm noção de proporcionalidade. Mostram, no entanto, limitações quando as operações requeridas envolvem maior número de elementos, etapas ou relações.
- Nível pleno: classificadas neste nível estão as pessoas cujas habilidades não mais impõem restrições para compreender e interpretar textos em situações usuais: leem textos mais longos, analisando e relacionando suas partes, comparam e avaliam informações, distinguem fato de opinião, realizam inferências e sínteses. Quanto à matemática, resolvem problemas que exigem maior planejamento e controle, envolvendo percentuais, proporções e cálculo de área, além de interpretar tabelas de dupla entrada, mapas e gráficos.

DADOS FINANCEIROS

Levantamento feito por GOMES (2011):

Se até a vigência do Fundeb, o Ministério da Educação transferia, de forma suplementar, R\$250 por aluno/ano para a educação de jovens e adultos, em 2009, as prefeituras eram remuneradas em cerca de R\$1,1 mil por matrícula de EJA (80% de R\$1.414,85, que era o valor anual mínimo nacional por aluno para 2010³²). Não havia, porém, a obrigatoriedade de investir esse mesmo valor na modalidade.

O orçamento do MEC, destinado à educação de jovens e adultos, registra bem esse processo. No período de vigência do PNE, o movimento ascendente de ampliação dos investimentos em EJA vai de 2001 a 2005, quando esses gastos pulam de 277 a 670 milhões de reais. Com o advento do Fundeb há uma queda significativa em 2007 e, em seguida, seguramente diante do comportamento pouco alvissareiro das matrículas, o orçamento volta a crescer, alcançando 660 milhões em 2010.

Em síntese, a Meta nº 26, “incluir, a partir da aprovação do Plano Nacional de Educação, a Educação de Jovens e Adultos nas formas de financiamento da Educação

Básica”, foi cumprida, mas a história recente mostra que ela, ao contrário do que se esperava, não trouxe garantia de recursos aplicados em EJA.

O Gráfico 3 (GOMES (2011)) permite visualizar essa situação. É preocupante saber que há repasses para a educação de jovens e adultos, mas que nem sempre há a devida aplicação, uma vez que o dinheiro repassado pelo Fundeb fica à disposição das prefeituras e estados para serem administrados como lhes convier. Esse é outro fator de distanciamento da realidade da EJA em relação ao que ela deveria ser.

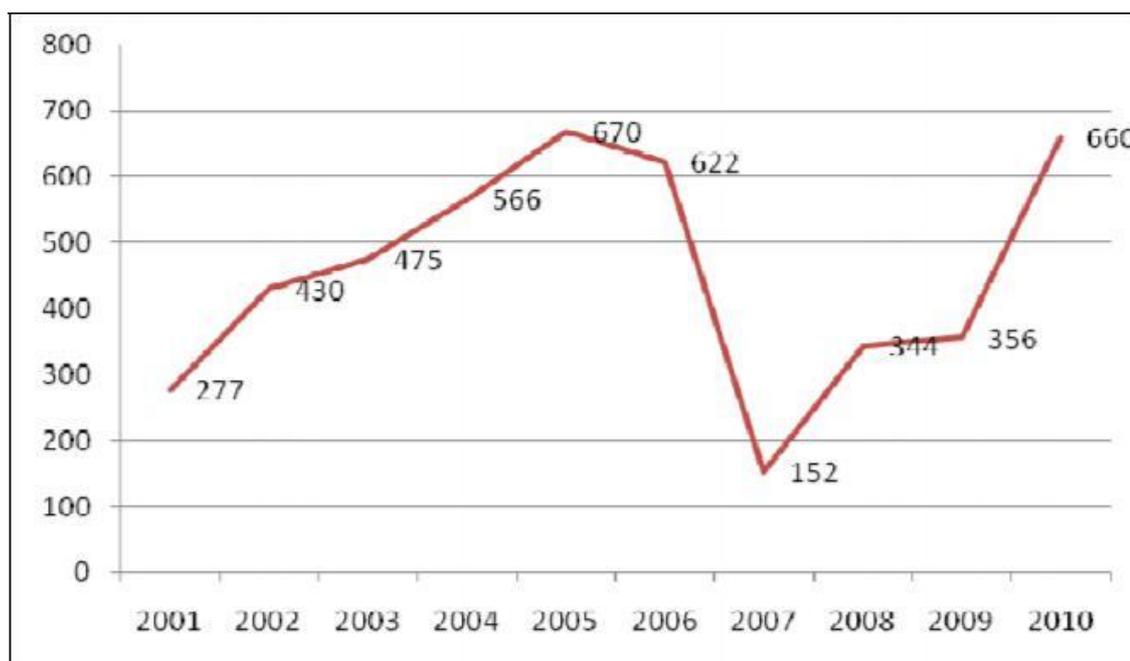


GRÁFICO 3 - ORÇAMENTO DA UNIÃO – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - 2001 A 2010 – DESPESA RELACIONADA À EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EM R\$ MILHÕES CORRENTES.

FONTE: Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados Federais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face do exposto, fica claro que a EJA merece maior atenção por parte das instituições de ensino superior que formam professores, da parte das escolas que mantêm salas de aulas para o público da EJA e principalmente do educador.

As Instituições de ensino superior precisam estruturar a formação de professores voltados à EJA. Esses educadores precisarão ser treinados para saber como lidar com os alunos de EJA, em suas particularidades e generalidades. Cursos de extensão, palestras interinstitucionais e disciplinas pertinentes enriquecerão e muito a formação de novos educadores, e capacitarão os antigos.

As escolas que ministram cursos de EJA precisam adequar-se, não somente em termos de conteúdos, mas principalmente em interação com a comunidade. Na verdade, trazer a comunidade para dentro das salas de aulas, ou levar as salas até à comunidade.

Por último, o educador de EJA. Essa figura importante, transformadora, não deve, (nem pode!) se omitir diante da realidade que o cerca e a seus alunos. Não deve tratar os alunos de EJA como simples crianças crescidas, não. Antes, deve manter viva a chama do debate, da provocação intelectual, do inconformismo em repassar ou receber um conteúdo pronto e embrulhado, um spam educativo.

Por isso, mesmo que o cenário seja desafiador creio ser plenamente realizável a médio prazo uma melhor gestão da Educação para Jovens e Adultos (EJA). Acredito sinceramente não em atingir todas as metas do PNE 2011-2020 relativas à EJA, mas nos aproximarmos mais dele do que nos aproximamos do PNE 2001-2010.

REFERÊNCIAS

Ação Educativa. **Balanco Intermediário da V Conferência Internacional de Educação de Adultos**. Cuiabá, 2003. Disponível em <http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/cartacuiaba.pdf>. Acesso em 20 jan. 2018.

ANDRADE, Marcelo et al. Para acabar com o abandono na EJA. **Revista Nova Escola**. Edição 012, Fevereiro/Março 2011. Disponível em <http://revistaescola.abril.com.br/gestao-escolar/diretor/7-acoes-combater-evasao-eja-abandono-623604.shtml>. Acesso em 20 jan. 2018

ARELARO, Lisete R. G. **O ensino fundamental no Brasil: avanços, perplexidades e tendências**. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a15.pdf>. Acesso em 20 jan. 2018

BRANDÃO, Carlos R. **O que é educação?** 33ª ed.; Brasiliense, São Paulo. 1995.

BRASIL. Ministério da Educação. **Projeto de Lei Ordinário nº 8.035/2010, Plano Nacional de Educação (PNE) 2011-2020**. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=7244&Itemid=. Acesso em 20 jan. 2018

_____. **Lei nº 10.127, de 9 de janeiro de 2001, Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 de janeiro de 2001.

_____. **Caderno de Reflexões – Jovens de 15 a 17 Anos no Ensino Fundamental.** Brasília, DF, 2011. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=8301&Itemid=. Acesso em 20 jan. 2018

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Trabalhando com a educação de jovens e adultos: o processo de aprendizagem dos alunos e professores.** Brasília, 2006. Disponível em http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja_caderno5.pdf. Acesso em 20 jan. 2018

Brasil tem quase 14 milhões de analfabetos. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 29/04-2011. Disponível em <http://oglobo.globo.com/politica/brasil-tem-quase-14-milhoes-de-analfabetos-2789595>. Acesso em 20 jan. 2018

Declaração do Conselho Internacional de Educação de Pessoas Adultas. Boletim Informação em rede. São Paulo, 2000. Disponível em <http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/consdamasco.pdf>. Acesso em 20 jan. 2018

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida; SILVA, Lilian Lopes Martin da. **Contribuições para história da leitura no Brasil: elementos de dissertações de mestrado e teses de doutorado.** In Alfabetização no Brasil: uma história de sua história. Maria do Rosário Longo Mortatti (org.). Oficina Universitária, 2011. Disponível em http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/alfabetizacao_umahistoria_desuahistoria.pdf. Acesso em 20 jan. 2018

FRAIDENRAICH, Verônica. EJA em segundo plano. **Revista Nova Escola.** Edição 239, Janeiro/Fevereiro 2011. Disponível em <http://revistaescola.abril.com.br/eja/>. Acesso em 20 jan. 2018

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17ª ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1987.

_____. **Política e educação.** 5ª. ed. Cortez, São Paulo, 2001.

_____. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido.** 3ª. ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1997.

_____. **Ação cultural para a Liberdade e outros escritos.** 5ª. ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1981.

_____. **Educação de Adultos: algumas reflexões.** In Educação de Jovens e Adultos: Teoria, Práticas e Propostas. Org. Moacir Gadotti; José Romão. Cortez, São Paulo, 1995.

GLADIADOR. Direção de Ridley Scott. EUA: Universal: Universal Studios. 2000

GOMES, Ana Valeska Amaral. **Educação De Jovens e Adultos no PNE 2001 – 2010**. Câmara dos Deputados do Brasil. Brasília, DF, 2011. Disponível em http://www2.camara.gov.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/tema11/2011_7906.pdf. Acesso em 20 jan. 2018

HADDAD, Sérgio. A ação de governos locais na educação de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**. Vol.12, no.35. São Paulo, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n35/a02v1235.pdf>. Acesso em 20 jan. 2018

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. **Aprendizagem de jovens e adultos: avaliação da década da educação para todos**. São Paulo em Perspectiva. Vol.14, no.1, p.29-40. São Paulo, 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n1/9800.pdf>. Acesso em 20 jan. 2018

INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP) **Censo Escolar 2010**. Brasília, DF, 2011. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=7277&Itemid=. Acesso em 20 jan. 2018

Instituto Paulo Montenegro. Ação Educativa. **Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF) Brasil 2011 – Principais resultados**. IBOPE, São Paulo, 2011. Disponível em http://www.ipm.org.br/download/informe_resultados_inaf2011_versao%20final_12072012b.pdf. Acesso em 20 jan. 2018

Lendo, escrevendo e produzindo conhecimento: Principais períodos da EJA no Brasil. Disponível em <http://awtpds51.blogspot.com.br/2010/11/principais-periodos-da-eja-no-brasil.html>. Acesso em 20 jan. 2018

MACHADO, Maria Margarida. (Org.). Educação de Jovens e Adultos. Brasil - **Revista Em Aberto**. nº 82. Disponível em http://www.oei.es/pdf2/em_aberto82.pdf. Acesso em 20 jan. 2018

MOURA, Tania Maria de Melo. **A Prática Pedagógica dos Alfabetizadores de Jovens e Adultos: Contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky**. 3ª. ed.; EDUFAL, Maceió, 2004.

_____. A (de) formação do alfabetizador: uma das causas pedagógicas do analfabetismo? In: FREITAS, A. F. R. de. **Currículo e cultura no ensino fundamental de jovens e adultos**. III Seminário Municipal de EJA. SEMED, Maceió, 2001. Disponível em

NARLOCH, Leandro. **Guia politicamente incorreto da história do Brasil**. 2ª ed.; Leya. São Paulo, 2011.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. **História da Educação Brasileira: A educação Escolar**. 12. ed; Cortez. São Paulo, 1992. p.25.